

Letras negras em folhas brancas: A escrita da História angolana por Antônio de Assis Júnior.

Regina Claro

Resumo: O artigo analisa a resistência angolana manifesta na literatura produzida por nativos mestiços e africanos no início do século XX. O conteúdo do nacionalismo “assimilado” é examinado através de dois exemplos de Antônio de Assis Júnior: *Relato do acontecimentos de Dala Tando e Lucala* (1917-1918) e seu romance *O Segredo da Morta: Romance de costumes angolenses* (1935).

A introdução da linguagem escrita ocidental na África foi um dos elementos mais perturbadores da dominação europeia sobre diversos povos do continente. Artefato técnico de fortes conteúdos ideológicos, a escrita foi o suporte para a delimitação das fronteiras entre a civilização europeia e as culturas “autóctones.” Aliás, como instrumento de poder e utensílio bélico, a escrita europeia reconstruiu sua África: delimitou fronteiras internas, catalogou ritos e crenças, selecionou a memória. Do mesmo modo que na América, a escrita da história foi operada por uma ação que visava silenciar as expressões dos sujeitos a quem se referia, tornava inertes os corpos sociais que examinava e pretendia inscrever seus traços culturais, tornando passivos seus dominados (De Certeau 2-27).

O processo colonial com os seus modelos “civilizadores” transformou o fio condutor da transmissão da memória, sedimentado pela tradição oral. A educação moderna, nesse sentido, principalmente nos centros urbanos, estava em consonância com o projeto de assimilação proposto pelas metrópoles e nela se sustentava a idéia de uma primazia da cultura ocidental. Mas a idéia

de África apresentada, sob o filtro do Ocidente, como um todo indiferenciado, opõe-se à sua complexa realidade. Por um lado, o nacionalismo dependente de modelos sociopolíticos, desenvolvidos alhures e a utilização dos elementos do conquistador em sua cultura. Por outro, a resistência ao projeto ocidental de domínio cultural, a reavaliação do projeto colonial de assimilação e a reconstrução da identidade africana. A resistência à dominação externa opera-se, assim, no campo da ambivalência. Essa ambivalência se manifesta no dilema do próprio tempo em que a história da África deve ser inserida. A escrita da história ordena e explica os atos coletivos, conforme um conceito de tempo e duração propriamente influenciado pelas referências judaico-cristãs.

Dentro do universo da oralidade africana, as forças vitais vibram na palavra, elemento de origem sagrada, mas que se encontra intimamente relacionada com as atividades cotidianas. A palavra é, ainda, instrumento de práticas políticas, uma vez que as decisões da família e da comunidade, em muitas nações africanas, são tomadas em conjunto mediante discussão e exposição das questões. Nesse sentido, sua capacidade de comunicação possui essência diversa daquela proposta pela escrita (Leite 106).

Renovar o tempo tradicional a partir da adoção do tempo histórico, valorizar e incorporar o passado, contestar a suposição da superioridade cultural ocidental, legitimar um discurso comum e acessível que fosse produto do encontro entre passado tradicional e presente colonial e não simplesmente a continuidade de um, ou a intromissão do outro. Tal é a tarefa das elites nativas angolanas, que passaram a ocupar as redações e os círculos editoriais como trincheiras de luta emancipatória, conferindo à literatura uma responsabilidade política.

As décadas situadas em torno da transição dos séculos XIX e XX evidenciaram transformações que devassaram todos os setores da sociedade angolana. Mudanças estas, registradas pela literatura produzida pelas elites nativas, mas que também modificaram essa literatura. Tais fenômenos históricos, ao mesmo tempo em que eram registrados pela literatura, apontavam para outros modos de observar, compreender e exprimir. A percepção da experiência histórica imprimiu à produção literária uma apreensão voltada para os processos de mudança, insatisfeita quanto ao seu destino e ansiosa por assumir a sua condução. A criação literária estava colada à história e sob essa atmosfera, servir às letras também significava ser atraído para uma atuação cívica. Paralelamente a literatura passou a ser veículo de um

projeto nacional. Nesse sentido, a literatura não se constituiu como ferramenta passiva somente para a instrução ou divertimento do público. Mas, se estabeleceu como um ritual complexo que, se devidamente conduzido, tinha o poder de construir e modelar simbolicamente o mundo, a nação.

A evolução histórica das elites nativas de Angola constitui um dos elementos-chave para a compreensão da história angolana nas últimas décadas. Elites que se desenvolveram durante vários séculos de interação entre europeus e africanos e que ao longo do século XIX sofreram uma deterioração geral, de estatuto e de oportunidade. Na altura, parte delas, principalmente, as elites negras e mestiças, tentou uma mobilização em defesa de seus interesses contra a progressiva marginalização econômica, social e política. O registro escrito do seu pensamento estendeu-se, aproximadamente, por duas gerações, entre as décadas de 1870 e de 1930, momento em que a censura colonial proibiu definitivamente a livre expressão.

Nossa atenção se volta justamente para o pensamento das elites nativas negras e mestiças e as formulações de um discurso unitário, num contexto adverso, ou seja, as três primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, a obra literária do intelectual angolano, Antônio de Assis Júnior (1877-1960), se torna fundamental perante a profusão de textos com pendor propagandístico do colonialismo português, especialmente a partir do lançamento dos concursos de literatura colonial. Para além de sua obra literária, seu nome se inscreve nas lutas e reivindicações republicanas, também designadas como movimentos nativistas.

Partimos da perspectiva de que a geração de Antônio de Assis Júnior viveu e escreveu num mundo de intensas transições (geográfica, política, social, cultural, mental), onde privado e público, passado e presente, mental e social se desenvolveram numa dinâmica de fronteira. Viveu numa sociedade colonial cujo caráter mestiço estava esvaziado de legitimidade para referências de identidades afirmativas, uma vez que as referências de positividade e afirmação eram pautadas pela qualidade “superior” do branco. Nesse sentido, as sociedades constituídas no âmbito dessas relações—em condições de dominação colonial—criaram uma difícil definição de sistemas de auto-representação.

A Europa, ao mesmo tempo em que levava técnicas e invenções aos povos subjugados, os punha em contato com seu repertório conceitual, seus pré-conceitos, suas idiossincrasias, no que se referia tanto a ela própria, quanto

aos povos colonizados. Esses últimos, além terem sido privados de suas riquezas, de seus territórios e do produto de seu trabalho, tiveram que assumir como sua, uma representação que era na verdade, um reflexo da cosmovisão européia que considerava racialmente inferiores os negros e os mestiços. Nem mesmo as elites nativas letradas, puderam fugir desse rolo compressor ideológico.

A construção do imaginário colonial transformava diferenças em valores, tendo como fio condutor o racismo que permeava todos os domínios desse imaginário e o “ocidentalismo,” como sua metáfora de superioridade, construída e reconstruída ao longo da história.¹ A África seria o espaço colonial do silêncio (sem pensamento, sem ciência, sem filosofia) que a civilização ocidental teria que conquistar, superar, dominar, desprezando todos os conhecimentos que não se ajustassem ao modelo autodefinido, encarcerados eternamente sob a definição de tradicionais, folclóricos, exóticos, insustentáveis. Deslocando os povos africanos, com outras lógicas de conhecimento e outras histórias, para as margens da razão cristã e ocidental. Para as margens da História.

Como resultado de um processo iniciado na segunda metade do século XIX, as elites nativas negras e mestiças angolanas chegaram na década de 30 do século XX expropriadas de seu estatuto político, social, econômico, cultural. Diante da hegemonia européia, os nativos orbitando à volta das elites mais antigas, foram relegados à situação de indígenas à medida que se institucionalizava a distinção legal entre estes e os nativos assimilados, mas tendendo-se ao tratamento inferiorizante a todos os angolanos. Essas elites tentaram reagir de diferentes formas à mudança do seu estatuto. Sem possibilidades de intervenção na administração, se voltaram para as atividades em organizações associativas.

De qualquer maneira, as elites nativas negras e mestiças dos anos de 1930 estiveram distante da imagem de passividade e silêncio que por muito tempo lhes foi atribuída. Obviamente, não houve espaço para o tom passional e direto da imprensa do século XIX. Ainda sim a despeito da censura e da violência da República e do Estado Novo, essas elites revelaram empenho em marcar posição frente aos problemas da nação, num discurso de autoafirmação nacional possível construído nas fronteiras, por entre as tramas ideológicas coloniais. Fez parte dessa geração Antônio de Assis Júnior, escritor, intelectual, romancista, linguísta, historiador, advogado, jornalista, ativista político.

Isso nos permite questionar as divisões binárias onde as esferas da experiência social angolana foram frequentemente colocadas. Logo, acreditamos que Assis Júnior produzia conhecimento a partir das margens, na intersecção conflituosa entre histórias e saberes. Com uma história avançando no sentido de impor seu modelo transformado em “universal” e as outras reagindo forçadas a se adaptarem a uma nova realidade. Ao mesmo tempo em que Assis Júnior construía um imaginário, descrevia o modo pelo qual percebia e concebia sua cultura e o mundo. Assim, para entendermos a produção literária e política de Assis Júnior e seu discurso de unidade, talvez seja necessário examinar os espaços intermediários, as fissuras.

As elites nativas angolanas desde a sua emergência, em princípios do século XIX, até seu declínio no século XX, construía seu lugar cultural, social, político e econômico em espaços intersticiais que permitiam que os confrontos fossem tanto negociados, quanto conflituosos. A construção da nação se fazia em espaços de ambivalência, e de construção recíproca. O que nos permite questionar o enquadramento feito para Assis Júnior, qual seja, de uma prática política paradoxal quando criticava e denunciava os abusos da administração colonial e ao mesmo tempo reivindicava postos e funções nessa mesma administração.

Antônio de Assis Júnior firmou-se como intelectual durante a vigência da primeira República em Portugal. Seu posicionamento político e suas atividades profissionais como advogado provisionário o levaram a prisão por duas vezes, num espaço de cinco anos (1917 e 1922). No cárcere, Assis Júnior escreveu o *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala* onde narra sua experiência. Mais que registro do acontecimento, o autor toma a pena para defender-se das acusações que lhe foram imputadas e registrar a injustiça e abusos da administração colonial e sua profunda desilusão.²

Foi diretor de jornal, participou e acompanhou o florescimento dos movimentos associativos em Angola. À medida que os jornais eram fechados pela repressão colonial, o movimento intelectual foi se organizando em outras associações culturais, articulando novos códigos, adaptando-se a novas circunstâncias.³ Em 1930, Assis Júnior elaborou os estatutos para criação de uma nova associação: a Liga Nacional Africana, sucessora da antiga Liga Angolana, e foi seu presidente em 1930, 1931, 1933 e 1935. A Liga Nacional Africana foi uma das poucas instituições organizadas pelos intelectuais nativos, nesse período, e a única com um órgão regular na imprensa angolana: a *Revista Angola*.⁴

A revista foi um espaço de debates e controvérsias sobre o que na época foi denominado de “literatura colonial,” com a proliferação de obras sobre as colônias através dos concursos promovidos pela Agência Geral das Colônias, instituídos a partir de 1926. Como jornalista, colaborou ainda em diversos jornais de Luanda entre eles *A Província de Angola*, *O Angolense*, e *O Direito*. Esse último ligado à Liga Nacional Africana, onde alguns de seus membros também eram dirigentes e colaboradores do jornal. O jornal *O Direito* se posicionava como porta-voz de nativos e indígenas e, portanto, como veículo de unidade da nação.

Em meados da década de 1940, Assis Júnior colaborava com o jornal *O Farolim*, que a despeito de sua irregularidade, foi o principal veículo dos intelectuais nativos até final da década de 1940. Nesse jornal, Assis Júnior trabalhou ao lado de jovens como Agostinho Neto que, a 11 de Novembro de 1975, tomaria posse como o primeiro presidente da República Popular de Angola.

A década de 1930 foi marcada pela fase de maturidade de Assis Júnior. Não apenas a maturidade social e política, mas literária, com a publicação de sua obra mais importante, designada *O Segredo da Morta. Romance dos costumes angolenses*. Assis Júnior havia iniciado a publicação do *O Segredo da Morta* em artigos de folhetim no jornal *A Vanguarda*, em 1929, ainda no exílio, e em 1935, reuniu-os em livro que foi publicado pela Livraria Editora A Lusitana. Além das colaborações em inúmeros jornais e revistas literárias, de nos deixar um relato-testemunho, um romance e alguns pequenos contos, Antônio de Assis Júnior escreveu o *Dicionário Kimbundu-Português. Lingüístico, Botânico, Histórico e Corográfico* com edição de Argente, Santos & C^a L^{da}., em Luanda.⁵

Podemos considerar que Assis Júnior participou de dois momentos importantes da história angolana, talvez justamente por esse motivo, sua produção literária e atividade política estejam tão associadas à imagem de ponte, símbolo de ligação. Teve como referência, ainda muito jovem, a vitalidade da *Geração de 1880*, nas figuras de José Fontes Pereira ou Joaquim Dias Cordeiro da Matta. Como intelectual maduro, presenciou a decadência e morte dessa geração, no período de forte repressão do colonialismo português, e talvez por esse motivo seja considerado como seu último representante (Mourão 23). Assis Júnior também conviveu com os jovens “descobridores de Angola,” como Agostinho Neto (1922-1979), na década de 1950.

O seu testemunho político e literário expõe não somente as diferenças, mas o abismo entre o projeto da metrópole para Angola e o projeto dos angolanos para Angola. No decorrer do *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala* de 1917, por exemplo, no qual o autor promete “fazer a história com exatidão,” estão colocadas algumas de suas posturas com relação às dúvidas acerca da metrópole como referência “civilizacional,” o que imaginava para uma nação angolana e as incertezas quanto a seu papel na construção dessa nação.

O texto escrito por Assis Júnior é mais que uma reação particularista à repressão do governo colonial ou aos rumores de sua participação numa conspiração nativista. É a defesa e a declaração virulenta dos direitos e da dignidade de todos os angolanos. O impedimento ao direito à cidadania extensivo às colônias africanas, patentes na Carta Constitucional republicana, abriu espaço para a formulação do conceito de identidade coletiva.

Posto à margem, Assis Júnior se apresenta como um herói sem passado, separado das antigas tradições. Esta ruptura não acontece sem deixar um rastro de inquietação e amargura, sentimentos que o impelem a gritar seu testemunho como um apelo. Mas não é somente um discurso amargo, ele parte da amargura para construir seu discurso de auto-afirmação. À medida que vai refletindo acerca dos acontecimentos e de sua própria marginalidade, Assis Júnior dá forma a um novo grupo nacional: cidadãos que viram seus direitos lesados. Os envolvidos são tomados num plano universal, no que tange aos seus direitos, em igualdade com o universo dos colonos. Os volumes são especialmente valiosos para o historiador, por retratarem a tensão e o conflito do nativo civilizado: um homem de fronteira ou um homem “entre dois fogos,” segundo o próprio Assis Júnior (*Relato* 128).

O *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala* se revela, portanto, como um documento em nada “silencioso” e, seu autor não se apresenta nem submisso, nem particularista, mesmo silenciado pelas autoridades coloniais. Acima de tudo, é prova de continuidade, e não de interrupção, dos protestos iniciados no século XIX e que dariam suporte aos explosivos protestos posteriores. O discurso de Assis Júnior foi construído nas fronteiras da lei que tanto defendeu; nas fronteiras da humanidade que tanto prezou. É a partir das fissuras da justiça, da humanidade e da história que se pronuncia o discurso de unidade de Assis Júnior.

A prisão é o exílio, a antítese do lugar. A partir da experiência de ser espoliado em seus direitos de cidadão, da injustiça cometida pela justiça da qual fazia sua profissão, da desumanização a que estava sendo submetido por

uma política que se dizia humanitária, é que Assis Júnior abandona os antigos conceitos e historiciza sua condição. Com isso, seu universo vivido é dado como uma imagem da história. Não há distinção entre a vida privada e a vida pública. O seu próprio destino se torna uma maneira de agir na história. Seus conflitos internos se tornam dramas históricos e se ligam aos movimentos da própria nação. Em diversos momentos do texto, Assis Júnior faz explodir como um *insight*, esse sentimento de participação da história. A iminência da morte faz com que o relato de Assis Júnior se estabeleça como testemunho. Sua experiência pessoal passa a ter um poder de comunicabilidade histórica. Um momento na história apreendido em relação com uma existência particular.⁶

A despeito de sua proposta de uma narrativa exata, sem paixão e sem ornato, o que confere à obra seu tom de testemunho é justamente seu caráter parcial e lacunar. Ele não descreve os acontecimentos como simples observador que viu e ouviu. Nem simples exposição de motivos, nem simples justificação, nem simples explicação analítica de uma atividade política ou social. O que Assis Júnior nos revela nas fissuras de sua exposição é que a sua maneira de ser e viver carregava já a sua justificação: a obrigação de viver o momento revelou seu destino de homem na história.

O testemunho não é o relato indiferente de um observador ou de um cientista, mas uma comunicação, um esforço apaixonado por transmitir aos outros, que também contribuía para a história, a sua própria emoção da história. Por isso o testemunho de Assis Júnior se torna um ato propriamente histórico, porque se desvia na verdade, da pura objetividade cientista para se situar no encontro entre uma vida particular e as pressões coletivas. Seu testemunho é o drama de uma geração, de toda uma camada sociopolítica e não testemunho de um só indivíduo.

Na feitura do texto, o processo de relembrar é de intensa descoberta e desorientação. Esse relembrar promove uma reorganização de um passado que foi dividido e separado para compreensão do trauma do presente. Dessa ambivalência, emerge uma estratégia de subversão em sua escrita. O estranhamento e o deslocamento criam espaços de reflexão antagônicos e conflituosos, que ousam extrapolar a idéia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado. A necessidade de “fazer a história” se fundamenta numa realidade na qual a opinião pública, seus interlocutores, destino final de sua escrita, seria incapaz de estabelecer por si só a autenticidade dos fatos: quer porque ignorasse os fatos mais essenciais; quer

porque seria enganada por uma documentação manipulada ou equivocada—daí a intenção do autor de reconstituí-los.

Já no romance *O Segredo da Morta*, Assis Júnior utiliza o discurso ficcional não somente como objeto estético, como também procura transformá-lo em veículo de compreensão do homem nas relações com o mundo que produz. Parte de registros do passado da pátria para fazer uma reflexão, no presente, acerca do sentido de uma identidade nacional.

A ficção, assim como o artigo, o ensaio, o testemunho, seria o espaço privilegiado de um tenso e intenso embate. A escrita, arma obtida do colonizador, seria o antídoto fabricado do próprio veneno da conquista europeia. A ficção se tornaria o campo de revelação, no seu duplo sentido de encobrir e expressar, lugar da memória e do esquecimento, da vida e da morte, do segredo e da compreensão. Meio privilegiado para a afirmação de uma identidade cultural e construção da história da nação que imaginava. Na emergência dos interstícios, provocados pela ficção, é que as experiências coletivas de nação, o interesse comunitário ou o valor cultural seriam negociados. Num processo em que o passado não seria retomado, mas refigurado.⁷

Essa mesma dinâmica de fronteira nos permite desconstruir a imagem de “ponte,” para deslocá-lo do universo dos ritos de passagem ou períodos pré-estabelecidos, circunscrevê-lo dentro de um projeto intelectual específico. Ao ficcionar a história, o autor permite que sejam reconstituídos traços próprios da luta pela conquista de um espaço nacional que se apresenta no embate inevitável e violento entre colonizadores e colonizados. Um narrador onisciente organiza os fatos, relata os acontecimentos, dando voz ora a uns, ora a outros.

De um lado, colonizadores carregam seu estandarte civilizador e missionário e reivindicam para si a posse e o domínio do espaço geográfico denominado Angola. De outro, as nações e comunidades tradicionais para quem “Angola” ainda não existe enquanto um corpo territorial e cultural agregador. E entre um extremo e outro, uma nação por ele imaginada. Pois a nação de Assis Júnior, não se circunscreve à simples transposição da herança de um passado tradicional ou à mera experiência colonial. A morte e seus segredos são a expressão da experiência de confronto entre duas forças que se opõem e só é possível compreender o “segredo da morta” na sua inteireza, se o olhar puder agregar essas duas forças. No fazer a história, Assis Júnior se propõe a um trabalho de reunir e ligar partes divididas, espalhadas, ou desconhecidas.

Esses espaços intersticiais estabelecidos pela escrita de Assis Júnior, indicam o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação, propiciadoras de novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade. A escrita reconstrói os fatos passados, mas também faz explodir, como *insights*, uma espécie de consciência, onde os lugares anteriormente definidos se deslocam para as fronteiras. À medida que elaborava e organizava suas reflexões na escrita, acerca do lugar da colônia como extensão da metrópole, deslocava e colocava em cheque esse lugar.

O “fazer história” de Assis Júnior, portanto, se constituiu como o espaço onde o autor constrói o seu lugar. Espaço marginal, movediço, intertextual, numa temporalidade descontínua, num movimento flutuante de instabilidade oculta. Esses nos parecem ser os elementos que constituem o universo no qual Assis Júnior negocia e traduz suas identidades culturais. Dessa forma, podemos apreender melhor o sentido do romance de Assis Júnior, dentro do projeto de construir a história da nação, que se manifesta também como vontade reconstitutiva. Não se busca a ressurreição de um tempo mítico. O que está em jogo é uma aposta na história. O “ser” cultural não está posto, a espera de ser resgatado, está se construindo.

De fato, a formação da nação angolana, em Assis Júnior, não caberia exatamente num único conceito definidor. Não se tratava de uma nação em que a cidadania tenha sido, mesmo enquanto idéia, uma força política capaz de forjar uma identidade. Constituía, outrossim, uma nação onde dificilmente se poderia apelar para as tradições ancestrais do “povo” ou para sua homogeneidade étnica ou lingüística. Era uma nação sem “povo,” com a maior parte de seus habitantes totalmente excluídos de participação e direitos políticos, vistos com desconfiança e superioridade pelos colonos brancos. Uma nação que também não poderia apelar para a contigüidade de seu território, posto que a consciência territorial ainda se encontrava em formação.

A escrita de Assis Júnior foi se constituindo para criar a memória da nação que surgia. Assim, os heróis foram entronizados no interior de uma versão que atribuía a diferentes episódios, caráter de movimentos nacionais. Ele próprio tornado mártir, seria capaz de reconciliar passado e presente e criar uma outra imagem de nação. Diante das enormes diferenças sociais e culturais, a questão da identidade nacional permaneceu como uma questão intelectual importante. No romance, a “alma do povo angolano” foi perscrutada em várias direções, definida e redefinida na busca de uma

identidade capaz de solidificar a imagem da nação. A nação de Assis Júnior não surgiria sem traumas, na medida em que comportaria dentro de si tradições em choque que deveriam ser amalgamadas, interesses de grupos que deveriam ser transpostos.

No romance, o “fazer história” e a construção de uma identidade nacional é elaborada por meio de um conjunto de artifícios, utilizados pelo autor. Ele intercala técnicas da chamada prosa erudita com elementos de elocução popular; a intervenção de uma língua africana (quimbundo) no idioma oficial (português); a oralidade, ritmos dos enigmas, provérbios e estórias, na fixidez e bidimensionalidade do papel. Que dariam uma dimensão polissêmica ao enunciado, operando assim, a instauração de todo um imaginário. Imaginário instaurado e fundamentado em formas alternativas de ruptura, de resistência e de superação.

A morte, sempre presente no imaginário e na escrita de Assis Júnior, suas representações e desdobramentos se constituiriam como importante elemento no processo de construção do discurso, pois como alegoria, possibilitava falar de uma coisa por meio de outra. No *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala*, seu discurso nacional emerge das fronteiras da morte, que se apresenta de diversas formas. A morte física, pois sua vida na prisão estava ameaçada e a morte política e social, pois corria o risco de ser deportado para a Guiné como indígena privado de existência civil.

No romance, a morte é entendida como fonte de poder, pois altera a ordem existente, criando as potencialidades de uma nova ordenação. É símbolo de perigo, mas também símbolo de poder. Com a desordem do espírito, dos sonhos, do delírio, aparecem comportamentos novos e forças novas. A morte se apresenta como degeneração e desequilíbrio, mas também como espaço de denúncia. Os mortos falam a verdade: advertem os vivos (Areia 197.). O choque das culturas desloca o discurso silenciado sobre a identidade nacional para as fronteiras, no uso da alegoria da morte. Isso porque diferentemente das sociedades africanas em que os mortos estão presentes entre os vivos, os mortos, segundo uma perspectiva européia, estão fora da ordem social estabelecida, não são mais sujeitos das relações na sociedade humana (Oexle 29.). É justamente nesse espaço que Assis Júnior irá atuar. Nas fronteiras do entendimento do colonizador é que ele vai dizer verdades e suas musas dar a ouvir revelações.

No espaço instaurado pela morte, Assis Júnior tenta criar um novo entendimento para a realidade do corpo social. No espaço movediço das

fronteiras há a possibilidade de se pensar uma nova ordem. Num contexto de silêncio imposto, suas reflexões se encontram nos bastidores da ficção. Por meio da ficção, Assis Júnior se serve do engenho, de jogos, segredos e enigmas para a composição de uma sociedade, ao mesmo tempo em que abria alternativas para o ato de escrever a história. O autor ao historiar as estórias, compunha a história de Angola. História que pressupunha uma escrita.

A História como disciplina também trata a morte (o passado) como um objeto do saber. Mas falar dos mortos é também negar a morte, é quase desafiá-la, na medida em que a presentifica. Esse procedimento paradoxal, do trabalho da morte e contra a morte, é simbolizado pela escrita, cujo gesto tem valor de mito e de rito, posto que a escrita substitui as representações tradicionais por um trabalho de representação articulador num mesmo espaço de ausência e de presença (De Certeau 2-27).

Por outro lado o canto também nasce da memória (a Memória gerou as Musas que são as palavras cantadas). A palavra falada também é do domínio do ser, posto que presentifica. E o *aedo* (poeta) é o cultor da memória. Ao poeta-narrador é outorgado o poder de cantar o passado e o futuro. Passado e futuro que se tornam equivalentes na indiferença da exclusão, pois habitam do mesmo modo o reino noturno do esquecimento, até que a memória os recolha e faça-os presentes pelas vozes das musas. Porém, a palavra escrita com sua fixidez e precisão, aprisiona, despoja a palavra falada paulatinamente de seu poder de encantamento e a domestica no cativo da escritura. Mas, as fronteiras abertas por Assis Junior permitem que este sirva a dois deuses: à palavra cantada e à palavra escrita. Somente neste espaço lhe é possível fazer falar o corpo que se calou. Logo, o instrumento que cala o passado oral das estórias, no tempo da História e no espaço do papel, é o mesmo que faz falar.

A força de presentificar e descobrir pondo os seres e fatos à luz da Presença é a mesma força que oculta e encobre, subtraindo-lhes a luz e impondo-lhes a ausência. Por um lado, o esforço das Musas, filhas da Memória, está em retirar os fatos e os seres do reino da Noite, mãe do Esquecimento, e torná-los Presença. Por outro, a deusa Memória também gerou suas filhas como esquecimento “para obliúvio dos males e pausa de aflições” (Hesíodo 5.55). Como força divina, manifestam os fatos como lúcida presença ou os encobrem sob o véu da similitude.

Em um contexto no qual a política colonialista portuguesa impunha a ausência, o esquecimento, e, sobretudo, o silêncio da produção literária negra e mestiça, a obra de Assis Júnior se ergue como voz. Seu projeto se transforma

no fio de continuidade entre o passado e o futuro das negras letras angolanas, no caminho da escrita de sua História. A conjuntura obriga Assis Júnior a voltar-se para si e questionar seu destino presente: um passado entre fato e ficção. O romance procura novos rumos, outros destinos, em que a pátria é objeto de ficção. O universo literário assume o poder de alterar o passado para redefinir presente e futuro.

O autor conhece o poder dos vestígios. O presente não modifica os vestígios do passado. Mas o presente modifica as projeções do futuro. Ao se reportar ao passado, Assis Júnior pensa nos resultados do passado na identidade presente. E a avaliação do presente se abre para o futuro. No universo ficcional, o escritor com seu poder demiúrgico é capaz de criar, construir, reconstruir e desconstruir o mundo; e pode realizar “o que poderia ter sido.” Assis Júnior parte de um corpo dilacerado que reclama união. Enfrenta mitos, reinventa-os: revisita e recria a memória numa disposição literária.

Há perguntas veladas, que perseguem a narrativa e que não se resolvem com a resolução do mistério do segredo da morta. Quando uma comunidade de indivíduos toma consciência de si própria como uma força com um destino histórico, e luta pela sua autodeterminação política? É possível pensar em unidade nacional, quando a unidade é imposta pela conquista e pela dominação? A nação nasce quando o indivíduo se sente ligado e comprometido com a terra. Ele tem que falar e pulsar por ela, crescer e multiplicar para ela, sair em defesa dela. A nação nasce de uma escolha. O romance traça essa trajetória do complexo processo de aquisição de consciência da nacionalidade através da experiência, no tempo. E de que maneira cada um estabelece seu sentimento de fazer parte de uma história nacional.

O jogo discursivo que alterna as várias vozes ficcionais, compõe um verdadeiro mosaico de propostas e sentimentos que denunciam a realidade da fragmentação do projeto colonial no passado. Ao mesmo tempo, revela as contradições do projeto nacional no presente. A organização dos acontecimentos históricos, a explicitação do tempo, demarcam a dominação e a sua negação, a exploração e a resistência.

O Segredo da Morta se apresenta como manifestação dessa dinâmica paradoxal. Nela encontramos todos os ingredientes: fascínio, dependência e rebelião. Era preciso enfrentar a tradição oral, os dialetos, as práticas cotidianas tradicionais. Enfrentar, se opor, se rebelar. Era preciso enfrentar os marcos fundadores, as guerras de ocupação, a administração colonial, a língua, a escrita e as práticas cotidianas portuguesas. O ser angolano, em Assis Júnior, seria

parido a partir do enfrentamento, da oposição e da superação dessas forças ancestrais.

Os marcos de fundação, os primeiros encontros entre portugueses e africanos estão intercalados com a mitologia clássica grega e as mitologias tradicionais. Ao conjunto desses elementos se juntam um passado turvado pelo tráfico negreiro e um presente deslizante entre o auge e o declínio das elites nativas negras e mestiças. Por fim, encontramos nos bastidores da ficção, um Assis Júnior fazendo intervenções e refletindo sobre o passado, presente e futuro da sociedade angolana e da nação.

Essa diversidade é fundamental para a construção da história. Era preciso reconstruir o tempo, o espaço, as estórias. Era preciso reconstituir a trajetória portuguesa, do litoral ao interior, se apossando, delimitando, demarcando, devastando. Era preciso reconstituir a rebeldia das nações africanas e os seus obstáculos infundáveis à penetração portuguesa. Era preciso recordar a escravidão e a participação ativa de portugueses e africanos no comércio negreiro.

Assis Júnior se apresenta como um exilado de dois mundos que procura maneiras de superar os impasses de sua geração. Parece-nos marca de um pensamento que procura alternativas, coloca as verdades em suspenso e aberto aos questionamentos e reformulações na construção de uma identidade nacional. Portanto, distante da imagem de passividade que foi atribuída à sua geração. Seguramente um projeto dessa importância, no momento histórico em que viveram, não poderia deixar de se cercar de ambivalências, na medida em que o projeto pressupunha uma composição entre os diferentes grupos sociais e a afirmação de um compromisso entre passado, presente e futuro. As marcas desse empenho ficariam impressas na escrita de Assis Júnior, carregando o registro das vacilações que traduziriam as incertezas do período.

Notas

¹ Sobre o tema subalternização ocidental dos conhecimentos, veja-se: Walter Mignolo “La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad”; *Histórias locais. Projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*; “Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica” e John Beverly.

² O *Relato dos Acontecimentos de Dala Tando e Lucala* foi publicado originalmente em dois pequenos volumes pela editora Mamã Titã de propriedade da Liga Angolana. O primeiro

volume, publicado em 1917, é composto de seis capítulos em que o autor procura demonstrar de que maneira a versão das autoridades coloniais era distorcida e falsificada. A versão mascarava os conflitos de terras entre colonos e proprietários indígenas na região de Dala Tando e Lucala como revolta nativista articulada às revoltas em outras regiões, no mesmo período. A documentação forjada pelas autoridades coloniais tinha como intuito provar o envolvimento de Assis Júnior, entre outros, no movimento. O segundo volume, publicado em 1918, é composto por oito capítulos, na qual o autor se concentra em refutar ponto por ponto a versão das autoridades coloniais, a partir da recolha dos depoimentos de outros nativos acusados e igualmente encarcerados em Luanda. Além dos depoimentos, o autor se permite desenvolver suas reflexões pessoais e apaixonadas com grande veemência.

³ As atividades das associações centravam-se na defesa dos direitos dos nativos contra as medidas discriminatórias de recorte racial, tornando-se fórum de críticas e protestos. Reivindicavam sua condição de cidadãos portugueses, reiterando as idéias pregadas pela República, queixando-se das arbitrariedades das autoridades e dos colonos. Foram fundadas dezenas de associações com fins recreativos, de instrução e de assistência, entre 1910 e 1922. No entanto, a expansão das ligas e grêmios nas colônias não foi pacífica, pois os poderes locais levantavam obstáculos à constituição das associações nativas, protelavam a aprovação dos seus estatutos e, quando lhe eram imputadas responsabilidades no levantamento das populações, puseram termo às suas atividades, cujo caso da Liga Angolana e de seu veículo de divulgação, o jornal *O Angolense*, é exemplar.

⁴ A Liga Angolana foi uma das primeiras associações criadas no período republicano. Foi fundada em 1912, reconhecida e inaugurada em março de 1913, sob os auspícios do então Governador-Geral José Maria Norton de Matos. Apesar da legitimidade conferida à Liga, atestada pela presença do chefe do Governo, sua atuação foi acentuando a desconfiança das autoridades coloniais frente às elites nativas. Após diversas denúncias de participação em levantes e greves, a Liga Angolana foi dissolvida oficialmente através de decreto em 22 de fevereiro de 1922, por Norton de Matos.

⁵ Esse dicionário foi escrito num total de 24 fascículos, sendo o primeiro impresso pela tipografia Mondego em dezembro de 1941, com uma tiragem de 1000 exemplares e o último impresso pela mesma tipografia em agosto de 1947, com uma tiragem de 600 exemplares. Antônio Assis Júnior. *Dicionário Kimbundu-Português. Lingüístico, Botânico, Histórico e Corográfico*. Luanda, Argente, Santos & C^a L^{da}, 1941: II: fevereiro/1942; III: maio/1942; IV: outubro/1942; V: dezembro/1942; VI: abril/1943; VII: outubro/1943; VIII: dezembro/1943; IX: março/1944; X: setembro/1944; XI: novembro/1944; XII: março/1944; XIII: abril/1945; XIV: agosto/1945; XV: setembro/1945; XVI: dezembro/1945; XVII: fevereiro/1946; XVIII: junho/1946; XIX: novembro/1946; XX: abril/1947; XXI: maio/1947; XXII: junho/1947; XXIII: julho/1947; XXIV: agosto/1947.

⁶ Naquilo que Phillipe Áries identificou como “o engajamento do homem na história.” In “O engajamento do homem moderno na história” (70-88).

⁷ Segundo Homi Bhabha a ambivalência inerente ao poder colonial estabelece uma situação de “entre-lugar” que é resultado do confronto de dois ou mais sistemas culturais (20).

Obras Citadas

- Areia, Manuel L.R. “Antropologia da morte: uma perspectiva africana: a morte e o exercício do poder na sociedade cokwe de Angola.” *Revista Internacional de Estudos Africanos* 1 (1984): 193-198.
- Assis Júnior, Antônio. *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*. 2 vols. Luanda: Tipografia Mamã Tita, 1917.

- . *O Segredo da Morta. Romance de costumes angolenses*. Luanda: Livraria Editora A Lusitana, 1935.
- . *O Segredo da Morta. Romance de costumes angolenses*. Lisboa: Edições 70, 1979.
- . *Relato dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala*. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1985.
- Bhabha, Homi. *O local da cultura*. Trad. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- Bosi, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- De Certeau, Michel. *A escrita da História*. Trad. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- Hesíodo. *Teogonia. A origem dos Deuses*. Trad. São Paulo: Roswitha Kempf, 1986.
- Leite, Fábio. “Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas.” *África. Revista do Centro de Estudos africanos* 18/19 (1995/1996): 102-118.
- Mourão, Fernando Augusto Albuquerque. *A Sociedade Angolana através da Literatura*. São Paulo: Ática, 1978.
- Oexle, Otto Gerhard. “A presença dos mortos.” *A Morte na Idade Média*. Org. Braet, Herman & Werner Verbeke. Trad. São Paulo: Edusp, 1996.
- Said, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

Regina Claro é mestre em História pela Universidade de São Paulo (Brasil), pesquisadora de história e literatura africana de expressão portuguesa, e autora de livros infanto-juvenis com temática africana. Desenvolve projetos de capacitação de professores da rede pública e privada na área de História da África. Email: regifla@uol.com.br